



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE TOMAR DO GERU/SE**

Processo: 201867100580

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDVALDO DE SOUZA ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **IAG1555**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Sua busca por placa: IAG1555 UF: SE CATEGORIA: 09\*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
[-]	2011	R\$279,27	Quitado	
<b>Data Pagamento</b>		<b>Valor Pago</b>		
03/06/2011		R\$279,27		
[+]	2010	R\$259,04	Quitado	
[+]	2008	R\$127,56	Quitado	

(\*) Motocicleta

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício	UF	Final da Placa	Categoria(Saiba mais)	Pagamento	
2015	SI	5	9	À vista	Consultar

O prêmio do Seguro DPVAT será pago integralmente no vencimento da COTA ÚNICA ou da primeira parcela do IPVA, ou juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual, no caso de veículos isentos do IPVA, conforme disposto na **Resolução CNSP 273/2012** e na Portaria Interministerial 293/2012.

**Categoria: 9**

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
5	30/06/2015	NÃO	30/06/2015	31/07/2015

SE: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2015

VIA	CDV RENAVAM	RNTRO
1	973819600	000000000000
NOME/ENDEREÇO		
EDVALDO DE SOUZA ARAUJO		
SITIO OITI		
ZONA RURAL		
49280000 TOMAR DO GERU-SE		
CPF/CNPJ	PLACA	
219.022.368-74	IAG1555	
NOME ANTERIOR		
GILDEVANIO OLIVEIRA DE JESUS		
PLACA ANT/UF	CHASSI	
IAG1555/SE	9C2JC30708R636579	
ESPECIE TIPO	COMBUSTIVEL	
PAS/MOTOCICLETA/	GASOLINA	

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

## DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Verifica-se que o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, verificou-se ausência de sequela, sendo o pedido negado.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Nota-se que o i. perito graduou a lesão avaliada e utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, apurando a lesão do autor em TOTAL DO CRÂNIO.

Pois bem, de acordo com o boletim de ocorrência acostado aos autos, o presente acidente ocorreu na data de 13/12/2015, sendo que em 07/04/2022, a perita neurologista avaliou a lesão em 100% do Crânio.

O que é de causar estranheza excelência é o fato do autor no ano de 2019 ter proposto uma ação em face da ré por um acidente posterior ocorrido em 23/04/2017 onde também estava pilotando seu veículo motor. Percebe-se que no BO deste acidente (em anexo), há relato de que a parte ficou por um momento debilitado, porém, logo após, esteve em condições psicológicas normais.

HISTÓRICO	
QUE sofreu um acidente de moto, vindo a colidir com uma outra moto pilotada pelo filho de Pisquilha e de uma ex professora (cujo nome não se recorda). QUE quase morreu no acidente, ficou um mês na UTI e o provocador do acidente nunca o procurou. Que sua moto é uma Honda CG 125 FAN, ano 2008, modelo 2008, cor predominante preta em seu nome, chassi 9C2JC30708R636579, placa policial IAG1555, que deu perda total e vendeu acaraca por apenas R\$ 1.500,00. QUE não procurou receber o seguro DPVAT porque ficou muito traumatizado com o acidente, <u>mas que agora já está em condições psicológicas de procurar receber o seguro.</u> QUE ficou com algumas sequelas.	
Data e hora da comunicação: 13/03/2018 às 11:58	Última Alteração: 13/03/2018 às 14:27

**Ou seja, como o autor em 2017 continuou pilotando seu veículo, sendo que em 07/04/2022 houve um laudo indicando lesão TOTAL em seu crânio devido ao acidente ocorrido em 13/12/2015? Há uma divergência.**

Cabe ressaltar, que esta ação do ano de 2019 (00000605820198250026), já foi julgada improcedente, inclusive possui um laudo pericial **(SEM SEQUELAS)** realizado em 09/10/2019, segue em anexo, sendo que também alega lesão grave em sua face.

de Saúde

Fundação Hospitalar de Saúde

### EQUIPE DE INTERNAMENTO CLINICO

RELATÓRIO DE ALTA

NOME: EDVALDO DE SOUZA ARAÚJO	
Idade: 41	REGISTRO: 125404
ALA: 400	
Admissão no Huse: 23/04/2017	DATA DA ALTA: 22/05/2017

RESUMO DO INTERNAMENTO

PACIENTE INTERNADO APÓS COLISÃO MOTOXMOTO COM TRAUMATISMO CRANIANO GRAVE E TRAUMA DE FACE. ENCAMINHADO A UTI EM 27/04/17 EVOLUINDO COM MELHORA CLÍNICA SENDO LIBERADO PELA NEUROCIRURGIA E ENCAMINHADO PARA ENFERMARIA PERMANECENDO SEM INTERCORRÊNCIAS. LIBERADO PARA CIRURGIA AMBULATORIAL PELA CBMF.

Hipóteses diagnósticas e Lista de problemas:

- TCE GRAVE
- TRAUMA DE FACE

CID: 509.7.301.9

ORIENTAÇÕES DE ALTA:

- ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL COM CIRURGIA BUCOMAXILO FACIAL

Assinatura do Médico(a)

Manoel Antônio Pereira  
Cirurgião Geral  
CRM 15.222

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora, **pois tanto a lesão apurada na esfera administrativa, quanto a apurada em processo judicial posterior apresentaram AUSÊNCIA DE SEQUELAS**, não havendo que se falar em indenização a parte autora nesta totalidade.

É certo que o julgador não está restrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão em sua totalidade, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, bem como os documentos em anexo que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar tal indenização, devendo assim os pedidos autorais serem julgados improcedentes.

Caso não seja este o entendimento deste juízo, requer que os autos retornem ao perito, a fim de que o mesmo esclareça as questões suscitadas na presente peça, haja vista as divergências apontadas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TOMAR DO GERU, 12 de maio de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**

